LINHA DO TEMPO DA ACESSIBILIDADE EDUCACIONAL NO BRASIL

Acessibilidade é condição fundamental e imprescindível aos processo de inclusão, e se apresenta em múltiplas dimensões de natureza atitudinal, arquitetônica, comunicacional, metodológica, dentre outras.

1988
Constituição Federal

1989
Lei nº 7.853 apoio às PcD

1991
Lei nº 8.160 símbolo de deficiente auditivo

1996
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

1998
Lei nº 9.610 autoriza reprodução materiais Braille ou outros

1999
Portaria MEC nº 319 Comissão Brasileira de Braille
Política Nacional para a Integração da PcD

2000
Lei nº 10.048 prioridade de atendimento
Lei da Acessibilidade (Lei nº 10.098)

2001
Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

2002
Lei nº 10.436 Língua Brasileira de Sinais Libras
Portaria MEC nº 2.678 Grafia Braille para Língua Portuguesa

2004
Decreto da Acessibilidade

2005
Lei nº 11.126 acompanhamento por cão-guia
Decreto nº 5.626 regulamenta leis nº 10.436 (Libras) e 10.098

2007
Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva
Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico e-MAG

2009
Decreto nº 6.949 promulga Convenção sobre os Direitos da PcD e seu Protocolo Facultativo

2011
Lei de Acesso à Informação acessibilidade em sítios oficiais
Decreto nº 7.611 dispõe sobre educação especial e atendimento educacional especializado

2012
Decreto nº 7.724 acessibilidade de conteúdo para PcD
Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista

2015
Lei Brasileira de Inclusão

2016
Lei nº 13.409 reserva vagas para pessoas com deficiência instituições federais de ensino

2018
Portaria MEC nº 1.117 Linha Corte do Grupo Washington Estatística sobre Deficiência para percentual PcD do censo IBGE e cotas

INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo